

POLÍTICA



MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

CCJ aprova projeto que proíbe venda de carro movido a gasolina

Passou praticamente despercebido, mas a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nessa quarta-feira (12) um projeto de lei que pode mudar radicalmente a realidade das cidades e estradas brasileiras. De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o PL determina a proibição de novos veículos movidos a combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, a partir de 2030. O texto também prevê que esses automóveis serão proibidos de circular em 2040. A proposta prevê exceções em três situações: veículos de coleção, veículos oficiais e diplomáticos ou carros de visitantes estrangeiros. Os automóveis movidos exclusivamente a biocombustíveis e os elétricos também estariam livres da proibição, uma vez que são menos poluentes. O autor do texto defende as mudanças na legislação do código brasileiro de trânsito como uma forma de combate ao aquecimento global. "Se nada for feito, as mudanças climáticas resultarão em grandes tragédias, como a inundação de cidades litorâneas pelo mar e o consequente deslocamento de grandes quantidades de pessoas", afirma Ciro no texto. O senador afirma que o setor de transportes responde pela sexta parte das emissões mundiais de dióxido de carbono, agente responsável pelo efeito estufa. "O motivo é que, no mundo todo, 95% da energia utilizada pelos veículos vem da queima de combustíveis fósseis", comenta. Ciro também lembra que essa é uma medida discutida em outros países como a Alemanha, a França e o Reino Unido. "O Brasil não pode ficar à margem dessa discussão, já que a indústria automobilística aqui instalada tem todas as condições de produzir automóveis tão avançados quanto os usados no exterior", diz. O projeto precisa ainda ser aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado, onde terá caráter terminativo, ou seja, caso seja aprovado, seguirá direto para a Câmara, sem precisar da aprovação do plenário do Senado.

Frase: "Vai ser difícil tirar da cabeça do PT, disputar a prefeitura de Fortaleza". Visão de petista defendendo candidatura própria na festa dos 40 anos do partido.



FOTO DIVULGAÇÃO

Antes do Carnaval. Um ambiente destinado à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças de um a cinco anos vai atender aos moradores do Parque Betânia, Jangurussu, em Fortaleza. A primeira-dama do Estado, Onélia Santana, e o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, inauguraram o novo Centro de Educação Infantil (CEI) Manoel Pinheiro dos Santos, que deve receber cerca de 200 crianças.

Gente fina

Camilo Santana, governador do Ceará, achou por bem deixar a turma do Carnaval livre pra voar. Editou ponto facultativo no Carnaval, pra ódio do Posto Ipiranga.

Força total

Para os comentaristas de política, aqueles que vivem de olho aberto pra todos os movimentos, o aniversário de Zé Sarto, comemorado na Assembleia, foi um recado.

Pro PDT e aliados

Quem estivesse pensando em botar o nome na cumbuca da candidatura do poder, deve ter levado um choque ao ver Cid, mestre de cerimônia, e Roberto Cláudio, em altos eufônicos.

Mais informações de Macário Batista: e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

Comissão de Ética arquiva caso Wajngarten, da Secom

A empresa do titular da Secretaria de Comunicação da Presidência recebe dinheiro de TVs e agências contratadas pelo próprio órgão que ele comanda



FOTO MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

A PF havia aberto inquérito contra o secretário para investigá-lo por corrupção e peculato

Por 4 votos a 2 e mesmo sem instaurar uma investigação, a Comissão de Ética Pública da Presidência de República arquivou ontem (18) denúncia sobre conflito de interesse que envolve o chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Fábio Wajngarten. Conforme divulgado pela imprensa em janeiro, ele recebe dinheiro de TVs e agências de publicidade contratadas pelo próprio órgão que ele comanda, por meio de uma empresa da qual é sócio majoritário (a FW Comunicação). Wajngarten detém hoje 95% das cotas da empresa.

Contrariando os indícios que levaram a Polícia Federal (PF) a abrir um inquérito contra ele para investigar práticas de corrupção e peculato, a maioria do colegiado da Presidência o autorizou a prosseguir no governo. No placar, votaram a favor de Wajngarten o relator do caso, Gustavo Rocha, os conselheiros André Tavares e Milton Ribeiro e o presidente da comissão, Paulo Henrique Lucon. A favor da abertura da investigação se posicionaram Erick Vidigal e

Ruy Altenfelder.

Segundo o presidente da comissão, o fato de o secretário não exercer mais cargo na gestão da empresa é o suficiente para que ele possa continuar como sócio majoritário. Lucon ponderou, no entanto, que o caso pode ser retomado caso surjam novos indícios na investigação da PF. "Não pesou na questão ética. Na análise da legislação cabível, não pesou. Nesse momento, em razão das funções que a empresa exerce de controle da concorrência, não haveria qualquer conflito de interesse na visão da Comissão de Ética", disse.

Argumentos

A defesa do secretário já havia apresentado os seus argumentos escritos para o órgão federal. Mesmo assim, foi autorizado ao advogado de Wajngarten, Fernando Fernandes, participar do encontro desta terça-feira na comissão. Segundo relatos de presentes, durante exposição oral, ele acusou a Folha de S.Paulo – que havia originalmente noticiado a relação entre a Secom e a empresa dele –

de tentar "forçar uma decisão" junto à Comissão de Ética e disse que a imprensa persegue o secretário de comunicação.

Questionado, Lucon disse que a presença do advogado, o que não era comum em gestões anteriores, faz parte de um procedimento recente de abertura de defesa prévia. Segundo ele, o argumento da defesa contra a imprensa não pesou na decisão. "Esta Comissão de Ética não pode se pautar pela imprensa. Evidentemente que o papel [da imprensa] é importante, prestando informações. E relevantíssimo, levamos em consideração o que foi noticiado. Mas é claro que a análise tem que ser objetiva e dentro da norma existente", disse.

A denúncia contra Wajngarten foi ingressada por quatro partidos: PT, PSOL e PCdoB. O relator do caso, Gustavo Rocha, foi ministro dos Direitos Humanos da gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), e atualmente, é secretário de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, na gestão de Ibaneis Rocha (MDB).

Após a decisão da Comis-

são de Ética, Wajngarten utilizou a comunicação oficial da Presidência da República para divulgar uma nota em sua defesa. O texto avalia o arquivamento do caso na comissão como um "marco na defesa" do chefe da Secom. "Prevaleceu a verdade e o bom senso. Não há nada de aéreo ou ilegal na atuação do secretário Fábio Wajngarten, à frente da Secretaria de Comunicação. A denúncia arquivada é um atestado de idoneidade a ele." O texto ainda acusa a Folha de S.Paulo de fazer uma "insidiosa campanha" contra Wajngarten com "calúnias" e "difamações" que, segundo ele, "se revelaram infrutíferas".

Empresas

Entre os contratantes da empresa de Wajngarten, a FW, estão Record e Band, além da agência Artplan. As três passaram a ser contempladas com percentuais maiores da verba da Secom na gestão de Wajngarten, que começou em abril passado do ano passado. O secretário nega a existência de conflito de interesses.

A PF abriu inquérito para apurar o envolvimento de Wajngarten em supostas práticas de corrupção passiva, peculato (desvio de recurso por agente público) e advocacia administrativa (patrocínio de interesses privados na administração pública). Os precedentes da comissão de ética em casos como o do secretário são de aplicar uma advertência e recomendar que o agente público deixe a empresa em questão. Em ao menos um caso a proposta da comissão foi a de propor exoneração de servidor que ocultou seus negócios das autoridades.

MAIS CONTEÚDO ACESSAR
www.estadooc.com.br

Promotoria do estado da Bahia pede nova perícia no corpo de miliciano morto

O Ministério Público do Estado da Bahia solicitou ontem (18) que a Justiça Estadual da Bahia determine a realização de uma nova perícia no corpo do miliciano Adriano Magalhães de Nóbrega e a conservação do corpo dele até que seja realizado um novo exame necrológico. Ligado ao senador Flávio Bolsonaro, o ex-capitão da Polícia Militar era acusado de chefear uma milícia no Rio e foi morto ao ser alvo de operação policial na cidade de Eplanada (170 km de Salvador) no dia 9 de fevereiro.

Por meio de um pedido de produção antecipada de prova, os promotores de Justiça Dario Kist e Gilber de Oliveira alegaram que a medida deve ser adotada em razão da revogação do impedimento do enterro do ex-policial, já que as ações penais ajuizadas contra ele serão extintas com a sua morte. Ao justificarem a medida, os promotores afirmaram que consideram prematura a liberação do corpo do miliciano para uma possi-

vel cremação, já que esta "extinguiria a possibilidade de realização de novos exames no corpo necessários à completa elucidação das circunstâncias da morte".

Para manter a possibilidade de uma nova perícia, a Promotoria pede que a Justiça determine que o Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro mantenha intacto o corpo do miliciano. Os promotores ainda pediram à Justiça que, na nova perícia, sejam analisados elementos como a direção que os projéteis percorreram no interior do corpo, o calibre das armas utilizadas e a distância aproximada na qual os tiros foram disparados.

Na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que iria solicitar uma perícia independente sobre o corpo de Adriano e disse que a empresa eventual "queima de arquivo" não interessaria a ele. "Interessa a quem queima de arquivo? A mim? A mim, não. A mim, zero."

Senador pede quebra dos sigilos de testemunha que mentiu à CPI das Fake News

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) requereu a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático ligados a Hans River do Rio Nascimento. O pedido foi feito ontem (18) à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, da Câmara dos Deputados, e não tem prazo para ser analisado e votado no colegiado. Hans é ex-funcionário da Yacows, agência de disparos de mensagens em massa por WhatsApp, e mentiu ao colegiado em depoimento à comissão na semana passada.

Em dezembro de 2018, foi noticiada reportagem mostrando que uma rede de empresas, entre elas a Yacows, recorreu ao uso fraudulento de nome e CPFs de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos. Hans, que contribuiu com a reportagem, mentiu repetidas vezes durante o depoimento sobre esse processo, conforme comprovado em registros

guardados pela repórter no decorrer da apuração.

O Código Penal estipula que fazer afirmação falsa como testemunha em processo judicial ou inquérito é crime, com pena prevista de dois até quatro anos de reclusão, além de pagamento de multa. Na condição de testemunha, Hans se comprometeu em falar a verdade à comissão. O regimento do Senado diz que a inquirição de testemunhas em CPis segue o estabelecido na legislação processual penal.

Após o depoimento, a relatora da CPI, deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA), já havia pedido ao procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, a abertura de uma investigação contra River por falso testemunho no depoimento. No pedido, a deputada diz que Hans cita informações que, posteriormente, "viriam a se mostrar inconsistentes ou inverídicas". O caso, além disso, tem estado no centro do debate político desde então.